



A CATEGORIA DE SEXO

+ NÃO SE NASCE MULHER

Monique Wittig

HERETIKA



EDITORA LESBICA INDEPENDENTE

Editorial sapatão radical, autônomo, autogerido e resistente. Disseminando pensamento lésbico-feminista, separatista, anti-racista, anticapitalista, anarca e ecofeminista. Apostando na difusão de pensamento lésbico rebelde, disponibilizamos traduções e escritos originais desde autoras clássicas às novas pensadoras e escritoras em busca de um espaço de autopublicação coletiva e independente. Pelo resgate de nossa história, palavras, pensamento, literatura, simbólico e memória! Uma iniciativa sororária pelo fortalecimento de comunidades e redes lésbicas radicais, autônomas e anticapitalistas.

**contato: heresia.lésbica@riseup.net
<https://heresialesbica.noblogs.org>**

A categoria de sexo (1982)

“O’ expressa uma ideia viril. Viril ou pelo menos, masculina. Finalmente uma mulher que admite isso! Quem admite o que? Algo que mulheres sempre estiveram até agora recusando-se a admitir (e hoje em dia muito mais do que antes). Algo que homens sempre estiveram reprimendo: que eles nunca cessaram de obedecer a sua natureza, o chamado de seu sangue, de que tudo nelas, mesmo em suas mentes, é sexo.”

— Jean Paulhan, *"Felicidade na Escravidão"*

“O prefácio de O’ para a “História de O’”, por Pauline de Réage: No curso do ano 1838, a ilha pacífica de Barbados estava agitada por uma estranha e sangrenta revolta. Cerca de duas centenas de Negros de ambos sexos, todos os quais haviam sido recentemente emancipados pela Proclamação de Março, vieram uma manhã implorar seu mestre antigo, um certo Glenelg, para tomá-los em servidão... Eu suspeito... que os escravos de Glenelg estavam apaixonados pelo seu mestre, e não podiam suportar estar sem ele.

— Jean Paulhan, "Happiness in Slavery"

"Por que eu deveria estar me casando? Eu encontro uma suficientemente boa vida como ela está. Para que eu preciso de uma esposa?... E o que é tão bom numa mulher — Uma mulher é uma trabalhadora. Uma mulher é uma serva do homem. — Mas para que eu precisaria de uma trabalhadora? - É só isso. Vocês gostam de ter alguém para por seus chestnuts fora do fogo.... — Bem, casem-me fora disso, se este é o caso. — Ivan Turnev, The Hunting Sketches

A perpetuidade dos sexos e a perpetuidade de escravos e mestres derivam da mesma crença, e, da mesma forma que não há escravos sem mestres, não há mulheres sem homens. A ideologia da diferença sexual funciona como uma censura em nossa cultura ao mascarar naturalizando a oposição social entre homens e mulheres. Masculino/feminino, macho/fêmea são categorias que servem para ocultar o fato de que diferenças sociais sempre pertencem a uma ordem econômica, política, ideológica. Todo sistema de dominação estabelece divisões no nível material e econômico. Além disso, as divisões são abstraídas e transformadas em conceitos, primeiro pelos mestres e depois pelos escravos quando eles se revoltam e começam a lutar. Os mestres explicam e justificam as divisões insti-

tuídas como resultado de diferenças naturais. E escravos, quando se revoltam e começam a lutar, lêem oposições sociais nas então chamadas diferenças naturais.



Porque não há sexo. Só há o sexo oprimido e o sexo que oprime. É a opressão que cria o sexo e não o contrário. O contrário seria dizer que o sexo cria a opressão, ou que a causa (origem) da opressão deve ser encontrada no sexo, na divisão natural dos sexos pré-existente a (ou que existe fora da) sociedade.



A primazia da diferença constitui nosso pensamento de tal forma que o impede de olhar para dentro de si mesmo para se questionar, não importa quão necessário esse questionamento seja para apreensão da base daquilo que precisamente o constitui. Apreender uma diferença em termos dialéticos é explicitar os termos contraditórios a serem resolvidos.

Entender a realidade social em termos materialistas dialéticos é apreender as oposições entre classes, termo a termo, e fazê-las se encontrarem sob a mesma cópula (um conflito na ordem social), que é também uma resolução das contradições aparentes (uma abolição na ordem social).



Ao abolir as classes constituindo-as e revelando-as

como tais, a luta de classes é precisamente aquilo que resolve as contradições entre duas classes opostas. A luta de classes entre mulheres e homens – que toda mulher deveria empreender – é aquilo que resolve as contradições entre os sexos, ao mesmo tempo compreendendo os sexos e os abolindo. Devemos notar que as contradições sempre pertencem à ordem material. A ideia importante para mim é que antes do conflito (rebelião, luta) não existem categorias de oposição, apenas de diferença. E é somente após a insurgência da luta que a realidade violenta das oposições e a natureza política da diferença se tornam evidentes. Enquanto as oposições (diferenças) aparecerem como dadas, anteriores a qualquer pensamento, “naturais” – enquanto não houver conflito ou luta – não há dialética, não há mudança, nem movimento. O pensamento dominante se recusa a olhar para si mesmo de forma a apreender aquilo que o questiona.

E, de fato, se não existe a luta das mulheres, não existe conflito entre homens e mulheres. As mulheres estão fadadas a realizar três quartos do trabalho da sociedade (tanto no espaço público quanto no privado) além do trabalho corpóreo da reprodução de acordo com a imposição, uma espécie de imposto pré-estabelecido. Ser assassinada, mutilada, torturada e abusada física e mentalmente, ser estuprada, espancada e for-

çada a casar é o destino das mulheres. E destino, supostamente, não pode ser mudado. As mulheres não sabem que são totalmente dominadas pelos homens, e quando reconhecem esse fato "mal podem acreditar". E ainda, como último refúgio antes da nua e crua realidade, elas frequentemente recusam a "acreditar" que homens dominam as mulheres com total consciência (no que se refere à opressão, ela é mais medonha para as oprimidas do que para os opressores). Homens, por outro lado, sabem perfeitamente bem que eles dominam as mulheres (como diria André Breton¹ "Nós somos os mestres das mulheres") e eles são treinados para fazê-lo. Eles não precisam expressar isso o tempo todo, já que raramente se fala sobre a dominação daquilo que já se possui.

Que pensamento é esse que recusa se reverter, que nunca coloca em questão o que o constitui primordialmente? Esse pensamento é o pensamento dominante.. É o pensamento que afirma que os sexos "sempre existiram", como se preexistissem a todo pensamento, a toda sociedade. Esse é o pensamento daqueles que legislam sobre as mulheres.

¹ André Breton, Le Premier Manifeste Du Surréalisme, 1924.

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a que detêm a força intelectual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de ideias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as ideias de sua dominação. (Marx e Engels, A Ideologia Alemã).

Esse pensamento baseado na primazia da diferença é o pensamento da dominação.

A dominação provê mulheres com um conjunto de exigências, inclinações, prioridades que, apesar de serem questionáveis, formam uma construção política enorme, uma rígida rede que afeta tudo, nossos pensamentos, nossos gestos, nossos atos, nosso trabalho, nossos sentimentos, nossas relações. Consequentemente, a dominação nos amestra a partir de todas as direções: — que existem, antes de todo pensamento,

toda sociedade, "sexos" (duas categorias de indivíduos nascidos) com uma diferença constitutiva, uma diferença com consequências ontológicas (esse é a abordagem metafísica), — que existem, antes de todo pensamento ou ordem social, "sexos" com uma diferença "natural" ou "biológica" ou "hormonal" ou "genética" que tem consequências sociológicas (a abordagem científica), — que existem, antes de todo pensamento ou ordem social, uma "divisão natural do trabalho na família", uma "divisão de trabalho que originalmente não era nada além da divisão do trabalho no ato sexual" (a abordagem marxista).

Independentemente da abordagem, a ideia permanece basicamente a mesma. Os sexos, apesar de sua diferença constitutiva, devem inevitavelmente desenvolver relações de categoria a categoria. Pertencendo a ordem natural, essas relações não podem ser referidas como relações sociais. Esse pensamento é o pensamento de dominação, o pensamento que impregna todos os discursos, inclusive discursos de senso comum (a costela é de Adão ou Adão é, Eva é a costela de Adão). Esse conjunto de discursos é constantemente reforçado em todos os níveis da realidade social e oculta a realidade política da subjugação de um sexo por outro, o caráter compulsório da própria categoria (o que constitui a primeira definição de ser social no

status civil). A categoria de sexo não existe a priori, antes de qualquer sociedade. E como uma categoria de dominação ela não pode ser um produto da dominação natural, mas da dominação social das mulheres por homens, porque só existe dominação social.

A categoria de sexo é a categoria política que funda a sociedade como heterossexual. Assim sendo, ela não se refere a seres, mas a relações (uma vez que mulheres e homens são resultado dessas relações), apesar desses dois aspectos sempre se confundirem quando são discutidos. A categoria de sexo é aquela que decreta como "natural" a relação que está na base da sociedade (heterossexual) e através da qual metade da população, as mulheres, são "heterossexualizadas" (a produção de mulheres é como a produção de eunucos, escravidão, criação de animais) e submetidas a uma economia heterossexual.

Porque a categoria de sexo é o produto de uma sociedade heterossexual que impõe às mulheres a obrigação rígida da reprodução da "espécie", isso é, a reprodução da sociedade heterossexual. A reprodução compulsória da "espécie" pelas mulheres é o sistema de exploração no qual a heterossexualidade se baseia economicamente. É, essencialmente, através da reprodução, esse trabalho, essa produção feita por mulhe-

res, que todo o trabalho feminino é apropriado pelos homens. Poderíamos incluir aqui a apropriação do trabalho que é “naturalmente” associado à reprodução, a criação de crianças e as tarefas domésticas. Essa apropriação do trabalho das mulheres é executada da mesma forma que a apropriação do trabalho da classe trabalhadora pela classe dominante. Não se pode dizer que uma dessas produções (reprodução) é “natural” enquanto a outra é social. Esse argumento é tão somente a justificação teórica, ideológica da opressão, um argumento para fazer mulheres acreditarem que antes da sociedade e em todas as sociedades elas estão sujeitas a essa obrigação de reproduzir-se. Entretanto, assim como não sabemos nada sobre trabalho e sobre produção social fora do contexto da exploração, não sabemos nada sobre a reprodução da sociedade fora de seu contexto de exploração.

A categoria de sexo é o produto de uma sociedade heterossexual na qual homens apropriam-se da reprodução e da produção das mulheres, mas também de seus corpos através de um contrato chamado contrato marital. Compare esse contrato com o que liga um trabalhador a seu empregador. O contrato que amarra a mulher ao homem é em princípio um contrato para a vida toda, que só pode ser quebrado pela própria lei (divórcio). Ele prescreve para a mulher algumas obri-

gações, inclusive trabalho não remunerado. O trabalho (cuidado da casa, criação de crianças) e as obrigações (ceder sua reprodução em nome de seu marido, coabitação noite e dia, coito forçado, transmissão legal de residência implicada pelo conceito legal de “cessão do domicílio conjugal”) significam em seus próprios termos a rendição da mulher, de sua corporeidade, a seu marido. Está implícito na política policial de não intervir quando um marido bate em sua esposa que ela está diretamente sob o domínio dele. A polícia intervém em casos de assalto ou espancamento, quando um cidadão bate em outro cidadão. Mas uma mulher que tenha assinado um contrato marital deixa de ser um cidadão comum (protegido pela lei). A polícia expressa abertamente sua aversão a envolver-se em questões domésticas (opostas a questões civis), onde a autoridade do estado não precisa intervir diretamente, uma vez que é substituída pela autoridade do marido. Precisa-se ir a um abrigo de mulheres vítimas de violência para ver até onde essa autoridade pode ser exercida.



A categoria de sexo é o produto de uma sociedade heterossexual que transforma metade da população em seres sexuais, porque sexo é uma categoria da qual mulheres não podem ficar de fora. Onde quer que estejam, o que quer que façam (inclusive trabalho no se-

tor público) elas são vistas como (e tornadas) disponíveis sexualmente para os homens; e seus seios, bundas e roupas devem ser visíveis. Elas devem usar sua estrela amarela, seu sorriso constante, dia e noite. Pode-se considerar que toda mulher, casada ou não, tem um período de serviço sexual forçado, um serviço sexual que poderíamos comparar ao serviço militar, e que pode durar um dia, um ano, vinte cinco anos ou mais. Algumas lésbicas e freiras escapam, mas elas são muito poucas, apesar deste número vir crescendo. Apesar de serem muito visíveis como seres sexuais, como seres sociais as mulheres são totalmente invisíveis, e por isso devem aparecer o mínimo possível e sempre com alguma desculpa, caso apareçam. Lê-se entrevistas com mulheres de projeção apenas para vê-las se desculparem. E, mesmo hoje, os jornais reportam que “dois estudantes e uma mulher”, “dois advogados e uma mulher”, “três viajantes e uma mulher” foram vistos fazendo isso ou aquilo. Porque a categoria de sexo gruda nas mulheres, porque apenas elas não podem ser pensadas fora dessa categoria. Apenas elas são sexo, o sexo, e sexo que elas fazem em suas mentes, corpos, atos e gestos; até mesmo seus assassinatos e espancamentos são sexuais. De fato, a categoria de sexo é uma prisão estreita para mulheres.

A categoria de sexo é uma categoria totalitária, que

para confirmar-se tem suas inquisições, suas cortes, seus tribunais, seu corpo de leis, seus terrores, suas torturas, suas mutilações, suas execuções, sua polícia. Ela engendra a mente tanto quanto ao corpo, uma vez que controla toda produção mental. Ela agarra nossas mentes de tal forma que não podemos pensar fora dela. É por isso que devemos destruí-la e começar a pensar para além dela, se quisermos começar realmente a pensar, do mesmo jeito que temos que destruir os sexos como realidade sociológica se quisermos começar a existir.

A categoria de sexo é a categoria que institui a escravidão para mulheres. Como acontecia com negras e negros escravizados, ela funciona através de uma operação de redução, ao tomar a parte pelo todo – uma parte (cor, sexo) através da qual todo o grupo humano tem que ser esquadrihado. Note que em assuntos civis a cor tanto quanto o sexo ainda devem ser “declarados”. Entretanto, por causa da abolição da escravidão, a “declaração” da “cor” é agora considerada discriminatória. Mas isso não é verdade para a “declaração” do “sexo” que nem mesmo as mulheres sonham em abolir. Eu digo: já é tempo de fazê-lo.²

- 2 Não é interesse deste artigo discutir o prazer no sexo, assim como tampouco se é possível felicidade na escravidão.

Texto publicado pela primeira vez em *Feminist Issues* 2, no. 2 (verão de 1982).

Ninguém nasce mulher (1970)

Texto publicado por primeira vez em *Feminist Issues*: 1, nº 2 (inverno 1981).

O enfoque feminista/materialista da opressão das mulheres acaba com a ideia de que as mulheres são um “grupo natural”: “um grupo racial de um tipo especial, um grupo concebido como natural, percebido como um grupo de homens materialmente específicos em seus corpos”.

O que a análise consegue a nível das ideias, a prática torna atual a nível dos fatos: por sua própria existência, a sociedade lésbica destrói o fato artificial (social) que classifica as mulheres como “um grupo natural”. Uma sociedade lésbica revela que a divisão com relação aos homens, dos quais as mulheres tem sido objeto, é política e mostra que temos sido ideologicamente reconstituídas como um “grupo natural”. No caso das mulheres, a ideologia vai longe já que nossos corpos, assim como nossas mentes, são o produto desta manipulação. Em nossas mentes e em nossos corpos, somos levadas a corresponder, característica a característica, a ideia de natureza que foi estabelecida para nós; tão pervertida que nosso corpo deformado é o que eles chamam “natural”, o que supostamente exis-

tia antes da opressão; tão distorcido que no final das contas a opressão parece ser uma consequência dessa “natureza”, dentro de nós mesmas (uma natureza que é somente uma ideia). O que uma análise materialista faz, com base no raciocínio, uma sociedade lésbica cumpre praticamente: não apenas não existe um grupo natural chamado mulher (nós lésbicas somos a prova disso), mas, como indivíduos, também questionamos “mulher” que, para nós—como para Simone de Beauvoir— é apenas um mito. Ela afirmou: “Não se nasce, mas se faz mulher. Não tem nenhum destino biológico, psicológico ou econômico que determine o papel que as mulheres representam na sociedade: é a civilização como um todo a que produz esta criatura intermediária entre macho e eunuco, que é descrita como feminina”.

Contudo, a maioria das feministas e lésbicas-feministas na América, e em outras partes, ainda consideram que a base da opressão das mulheres é biológica e histórica. Algumas delas pretendem encontrar suas raízes em Simone de Beauvoir. A crença no matriarcado e numa “pré-história” quando as mulheres criaram a civilização (a causa de uma predisposição biológica), enquanto os homens toscos e brutais caçavam, é simétrica à interpretação biológica da história elaborada, até hoje, pela classe dos homens. Ainda é o mes-

mo método de buscar nos homens e nas mulheres uma explicação biológica para sua divisão, excluindo os fatos sociais. Para mim, isso não poderia nunca constituir uma análise lésbica da opressão das mulheres porque se supõe que a base de nossa sociedade ou de seu início, está na heterossexualidade. O matriarcado não é menos heterossexual que o patriarcado: muda apenas o sexo do opressor. Ademais, não somente esta concepção está prisioneira das categorias do sexo (homem/mulher), senão que se aferra à ideia de que a capacidade de dar a luz (ou seja, a biologia) é o que define a uma mulher. Ainda que os fatos práticos e os modos de vida contradigam essa teoria na sociedade lésbica, há lésbicas que dizem que “as mulheres e os homens são espécies distintas ou raças: os homens são biologicamente inferiores às mulheres; a violência dos homens é uma inevitabilidade biológica”.

Ao fazer isso, ao admitir que há uma divisão “natural” entre mulheres e homens, naturalizamos a história, assumimos que “homens” e “mulheres” sempre existiram e sempre existirão. Não apenas naturalizamos a história, mas também, em consequência, naturalizamos o fenômeno que expressa nossa opressão, tornando a mudança impossível. Por exemplo, não se considera a gravidez como uma produção forçada, mas

como um processo “natural”, “biológico”, esquecendo que em nossas sociedades a natalidade é planejada (demografia), esquecendo que nós mesmas somos programadas para produzir progênie, enquanto que esta é a única atividade social, “com exceção da guerra”, que implica tanto perigo de morte. Assim, enquanto sejamos “incapazes de abandonar, por vontade ou impulso, um compromisso de toda a vida e de séculos, de produzir crianças como o ato criativo feminino”, ganhar o controle sobre essa produção significará muito mais que o simples controle dos meios materiais dela: as mulheres terão que abstrair-se da definição “mulher” que lhes é imposta.

Uma visão materialista mostra que o que nós consideramos a causa e a origem da opressão é somente um mito imposto pelo opressor: o “mito da mulher” e suas manifestações e os efeitos materiais na consciência apropriada e o apropriado corpo das mulheres; ainda assim, esse mito não antecede à opressão. Colette Guillaumin demonstrou que antes da realidade sócio-econômica da escravidão negra, o conceito de raça não existia, ou pelo menos, não tinha seu significado moderno, uma vez que estava aplicado à linhagem das famílias. Entretanto, hoje, a raça, tal como o sexo, é entendida como um “fato imediato”, “sensí-

vel”, "características físicas" que pertencem a uma ordem natural. Mas, o que nós acreditamos que é uma percepção direta e física, não é mais do que uma construção sofisticada e mítica, uma “formação imaginária” que reinterpreta traços físicos (em si mesmos neutros como quaisquer outros, por marcados pelo sistema social) por meio da rede de relações nas quais elas são vistas. (Elas são vistas como negras, por isso são; elas são olhadas como mulheres, por isso são mulheres. Mas, antes que sejam vistas dessa maneira, elas tiveram que ser feitas assim). As lésbicas devem recordar e admitir sempre como ser “mulher” era tão “anti-natural”, totalmente opressivo e destrutivo para nós nos velhos tempos, antes do movimento de libertação das mulheres.

Era uma construção política e aquelas que resistiam eram acusadas de não ser mulheres “verdadeiras”. Mas então ficávamos orgulhosas disso, porque na acusação estava já algo como uma sombra de triunfo: o consentimento, pelo opressor, de que “mulheres” não era um conceito simples (para ser uma, era necessário ser uma “verdadeira”). Ao mesmo tempo, éramos acusadas de querer ser homens. Hoje, esta dupla acusação foi retomada com entusiasmo no contexto do movimento de libertação das mulheres, por algu-



mas feministas e também, por desgraça, por algumas lésbicas cujo objetivo político parece tornar-se cada vez mais “femininas”. Porém recusar ser uma mulher, sem dúvida, não significa ter que ser um homem. Ademais, se tomamos como exemplo a perfeita “butch” (hiper masculino) —o exemplo clássico que provoca mais horror— a quem Proust chamou uma mulher/homem, em que difere sua alienação de alguém que quer tornar-se mulher? São gêmeos siameses. Pelo menos, para uma mulher, querer ser um homem significa que escapou a sua programação inicial. Mas, ainda se ela, com todas suas forças, se esforça por consegui-lo, não pode ser um homem, porque isso lhe exigiria ter, não apenas uma aparência externa de homem, mas também uma consciência de homem, a consciência de alguém que dispõe, por direito, de dois —se não for mais—escravos “naturais” durante seu tempo de vida. Isso é impossível, e uma característica da opressão das lésbicas consiste, precisamente, em colocar à mulheres por fora de nosso alcance, já que as mulheres pertencem aos homens.

Assim, uma lésbica tem que ser qualquer outra coisa, uma não-mulher, um não-homem, um produto da sociedade e não da natureza, porque não existe natureza na sociedade.

O recurso em converter-se (ou manter-se) heterossexual sempre significou rechaçar a conversão em um homem ou uma mulher, conscientemente ou não. Para uma lésbica isso vai mais longe que o recurso do papel “mulher”, é o recurso do poder econômico, ideológico e político de um homem. Isto, nós lésbicas, e também não-lésbicas, já sabíamos antes. Isto, nós lésbicas e também não-lésbicas, já sabíamos desde o início dos movimentos feministas e lésbicos. Contudo, como ressalta Andrea Dworkin, muitas lésbicas recentemente “tentaram transformar a própria ideologia que nos escravizou em uma celebração dinâmica, religiosa, psicologicamente coercitiva do potencial biológico feminino”. Mesmo assim, algumas avenidas dos movimentos feminista e lésbico conduzem de novo ao mito da mulher criada pelo homem, especialmente para nós, e com ele nos afundamos outra vez em um grupo natural. Depois que nos posicionamos a favor de uma sociedade sem sexos, agora nos encontramos presas no familiar beco sem saída de “ser mulher é maravilhoso”. Simone de Beauvoir sublinhou particularmente a falsa consciência que consiste em selecionar entre as características do mito (que as mulheres são diferentes dos homens) aquelas que se parecem bem usando-as como definição para mulher. O

que o conceito “mulher é maravilhoso” cumpre é instituir, para definir mulher, as melhores características (melhores de acordo com quem?) que a opressão nos garantiu, sem questionar radicalmente as categorias “homem” e “mulher”, que são categorias políticas e não fatos naturais. Isto nos coloca na posição de lutar dentro da classe “mulheres”, não fazem as outras classes, pela desapareição de nossa classe, mas para defender as “mulheres” e seu fortalecimento. Nos conduz a desenvolver com complacência “novas” teorias sobre nossa especificidades: assim, chamamos a nossa passividade “não-violência”, quando nossa luta mais importante e emergente é combater nossa passividade (nosso medo, justificado). A ambiguidade da palavra “feminista” resume toda a situação. Que significa “feminista”? Feminismo é formado pelas palavras “fêmea”, mulher, e significa: alguém que luta pelas mulheres. Para muitas de nós, significa uma luta pelas mulheres e por sua defesa—pelo mito, portanto, e seu fortalecimento. Mas porque foi escolhida a palavra ‘feminista’ se é tão ambígua? Escolhemos chamar-nos feministas há dez anos, não para apoiar ou fortalecer o mito do que é ser mulher, não para nos identificarmos com a definição do nosso opressor, mas para afirmar que nosso movimento contava com uma história e para destacar esse laço político com o velho movimento feminista.

Assim, é este movimento que podemos colocar em questão pelo significado que deu ao feminismo. Ocorre que o feminismo do século passado não é capaz de solucionar suas contradições nos temas da natureza/cultura, mulher/sociedade. As mulheres começaram a lutar por si mesmas como um grupo e consideravam acertadamente que compartilhavam traços comuns como resultado da opressão. Mas, para elas, estes traços eram mais naturais e biológicos que sociais. Elas foram tão longe como adotar a teoria darwinista da evolução. No entanto, não acreditavam, como Darwin, “que as mulheres eram menos desenvolvidas que os homens, mas acreditava, sim, que a natureza tanto do macho como da fêmea haviam divergido no curso do processo evolutivo e que a sociedade em geral refletia esta polarização”. “O fracasso das primeiras feministas foi que somente atacaram a idéia Darwinista da inferioridade da mulher, mas aceitaram os fundamentos dessa ideia-ou seja, a visão da mulher como “única”. E, finalmente, foram as mulheres estudantes —e não as feministas—que acabaram com esta teoria. Mas, as primeiras feministas fracassaram ao não olhar para a história como um processo dinâmico que se desenvolveu com base em conflitos de interesses. Mais, elas ainda acreditavam, como os homens,

que a causa (origem) de sua opressão estava dentro de si próprias. E, por isso, depois de alguns triunfos inacreditáveis, as feministas se encontraram frente a um impasse, sem aparentes razões para lutar. Elas sustentavam o princípio ideológico da “equidade na diferença”, uma ideia que hoje está renascendo. Elas caíram na trapa que hoje nos ameaça outra vez: o mito de mulher.

Assim, é nossa tarefa histórica, e somente nossa, definir em termos materialistas o que é opressão, para tornar evidente que as mulheres são uma classe, o que significa que as categorias “homem” e “mulher” são categorias políticas e econômicas e não eternas. Nossa luta tenta fazer desaparecer homens como classe, não como um genocídio, mas com a luta política. Quando a classe “homens” desaparece, “mulheres” como classe também desaparecerá, porque não há escravos sem senhores. Nossa primeira tarefa, ao que nos parece, é sempre desassociar por completo “mulheres” (a classe dentro da qual lutamos) e “mulher”, o mito. Porque “mulher” não existe para nós: é somente uma formação imaginária, enquanto mulheres é produto de uma relação social. Sentimos fortemente isso quando, em todas as partes, rejeitamos ser chamadas “movimento de liberação da mulher”. Mais ainda, temos que des-



truir o mito dentro e fora de nós. Mulher não é cada uma de nós, mas a formação política e ideológica que nega “mulheres” (o produto de uma relação de exploração). “Mulher” existe para confundir-nos, para ocultar a realidade “mulheres”. Para que sejamos conscientes de sermos uma classe, e para nos convertermos em uma classe, temos primeiramente que matar o mito da “mulher”, incluindo seus traços mais sedutores (penso em Virginia Woolf quando ela diz que a primeira tarefa de uma mulher escritora é “matar o anjo da casa”). Mas, para que sejamos uma classe, não temos que aniquilar nossa individualidade e, como nenhum indivíduo pode ser reduzido a sua opressão, somos também confrontadas com a necessidade histórica de constituirmos a nós mesmas como o sujeito individual de nossa história também. Creio que esta é a razão porque todas essas tentativas de dar “novas” definições à mulher estão florescendo agora.

O que está em jogo (e, claro, não somente para as mulheres) é uma definição individual, assim como uma definição de classe. Porque, quando se admite a opressão, necessita saber e experimentar o fato de que pode ser seu próprio sujeito (em contrapartida a um objeto da opressão); que uma pode converter-se em alguém. Não obstante a opressão, que tem uma identi-



dade própria. Não há luta possível para alguém privado de uma identidade; carece de uma motivação interna para lutar, porque, não obstante só eu posso lutar com outros, luto sobretudo por mim mesma.

A questão do sujeito individual é historicamente uma questão difícil para todas. O marxismo, último avatar do materialismo, a ciência que nos formou politicamente, não quer ouvir nada sobre o “sujeito”. O marxismo rejeitou o sujeito transcendental, o sujeito como constitutivo do conhecimento, a “pura” consciência. Todo ser que pensa por si mesmo, previamente a qualquer experiência, acabou no lixo da história, porque pretendia existir acima da matéria, antes da matéria, e necessitava Deus, espírito, ou alma para existir dessa maneira. Isto é o que se chama “idealismo”. Quanto aos indivíduos, eles são somente o produto de relações sociais e, por isso, sua consciência somente pode ser “alienada” (Marx, na Ideologia Alemã, diz, precisamente, que os indivíduos da classe dominante também são alienados, sendo eles mesmos os produtores diretos das ideias que alienam as classes oprimidas por eles. Mas, como tiram vantagens óbvias de sua própria alienação, eles podem suportá-la sem muito sofrimento).

A consciência de classe existe, mas é uma consciência que não se refere a um sujeito particular, exceto enquanto participa em condições gerais de exploração, ao mesmo tempo que os outros sujeitos de sua classe, todos compartilhando a mesma consciência. Quanto aos problemas práticos de classe — afora os problemas de classe tradicionalmente definidos— que é possível encontrar (por exemplo, problemas sexuais), eles foram considerados problemas “burgueses” que desapareceriam chegado o triunfo final da luta de classes. “Individualista”, “subjetivista”, “pequeno burguês”, estas foram as etiquetas aplicadas a qualquer pessoa que expressasse problemas que não se pudessem reduzir à “luta de classes” em si mesma.

Assim, o marxismo negou aos integrantes das classes oprimidas o atributo de sujeitos. Ao fazer isto, o marxismo, por causa do poder político e ideológico que esta “ciência revolucionária” exercia sem mediações sobre o movimento operário e todos os outros grupos políticos, impediu que todas as categorias de pessoas oprimidas se constituíssem historicamente como sujeitos (sujeitos de sua luta, por exemplo). Isto significa que as “massas” não lutavam por elas mesmas mas

pelo partido ou suas organizações. E quando uma transformação econômica ocorreu (fim da propriedade privada, constituição do estado socialista), nenhuma mudança revolucionária teve lugar na nova sociedade, porque as próprias pessoas, não haviam mudado.

Para as mulheres, o marxismo teve dois resultados. Tornou-lhes impossível adquirir a consciência de que eram uma classe e por tanto de constituir-se como uma classe por muito tempo, abandonando a relação “mulher/homem” fora da ordem social, fazendo dessa uma relação natural, sem dúvida, para os marxistas, a única relação vista desta maneira, junto com a relação entre mulheres e filhos, e finalmente ocultando o conflito de classe entre homem e mulher atrás de uma divisão natural do trabalho (A Ideologia Alemã). Isso concerne ao nível teórico (ideológico). No nível prático, Lênin, o partido, todos os partidos comunistas até hoje, incluindo a todos os grupos políticos mais radicais, sempre reagiram contra qualquer tentativa das mulheres para refletir e formar grupos baseados em seu próprio problema de classe, com acusações de **divisionismo**. Ao nos unir nós as mulheres, dividimos a força do povo. Isso significa que, para os marxistas, as mulheres pertencem seja à classe ou à classe operá-

ria, ou em outras palavras, aos homens dessas classes. Mais ainda, a teoria marxista não concebe que as mulheres, como a outras classes de pessoas oprimidas, que se constituam em sujeitos históricos, porque o marxismo não leva em consideração que uma classe também consiste em indivíduos, um por um. A consciência de classe não é suficiente. Temos que tentar entender filosoficamente (politicamente) esses conceitos de “sujeito” e “consciência de classe” e como funcionam em relação com a nossa história. Quando descobrimos que as mulheres são objetos de opressão e de apropriação, no momento exato em que nos tornamos capazes de reconhecer isso, nos convertemos em sujeitos no sentido de sujeitos cognitivos, através de uma operação de abstração. A consciência da opressão não é apenas uma reação a (lutar contra) opressão. É também toda a reavaliação conceitual do mundo social, sua total re-organização com novos conceitos, do ponto de vista da opressão. É o que eu chamaria a ciência da opressão criada pelos oprimidos. Esta operação de entender a realidade tem que ser empreendida por cada uma de nós: podemos chamá-la uma prática subjetiva e cognitiva. O movimento para frente e para trás entre os níveis da realidade (a realidade conceitual e a realidade material da opressão, ambas as realidades sociais) se consegue através da linguagem.

Somos nós que historicamente temos que realizar essa tarefa de definir o sujeito individual em termos materialistas. Seguramente isso parece uma impossibilidade, porque o materialismo e a subjetividade sempre foram reciprocamente excludentes. Entretanto, e em lugar de perder as esperanças de chegar a entender alguma vez, temos que reconhecer a necessidade de alcançar a subjetividade no abandono por muitas de nós do mito da “mulher” (que é só uma armadilha que nos detém). Esta necessidade real de cada uma existir como indivíduo, e também como membra de uma classe, é talvez a primeira condição para que se consuma uma revolução, sem a qual não há luta real ou transformação. Mas o oposto também é verdadeiro; sem classe e consciência de classe não há verdadeiros sujeitos, somente indivíduos alienados.

Para as mulheres, responder à questão do sujeito individual em termos materialistas consiste, em primeiro lugar, em mostrar, como o fizeram as feministas e as lésbicas, que os problemas supostamente “subjetivos”, “individuais” e “privados” são, de fato, problemas sociais, problemas de classe; que a sexualidade não é, para as mulheres, uma expressão individual e

subjetiva, mas uma instituição social de violência. Mas uma vez que tenhamos mostrado que todos nossos problemas supostamente pessoais são, de fato, problemas de classe, ainda nos restará responder ao assunto de toda mulher singular — não do mito, mas de cada uma de nós. Neste ponto, digamos que uma nova e subjetiva definição para toda a humanidade pode ser encontrada mais além das categorias de sexo (mulher e homem) e que o surgimento de sujeitos individuais exige destruir primeiro as categorias de sexo, eliminando seu uso, e rejeitando todas as ciências que ainda as utilizam como seus fundamentos (praticamente todas as ciências).

Destruir “mulher” não significa que nosso propósito consiste na destruição física, não significa destruir o lesbianismo simultaneamente com as categorias de sexo, pois o lesbianismo oferece, de momento, a única forma social na qual podemos viver livremente.

Lesbiana é o único conceito que conheço que está mais além das categorias de sexo (mulher e homem), pois o sujeito designado (lesbiano) não é uma mulher, nem economicamente, nem politicamente, nem ideologicamente. Pois o que faz uma mulher é uma rela-

ção social específica com um homem, uma relação que chamamos servidão, uma relação que implica uma obrigação pessoal e física e também econômica (“residência obrigatória”, trabalhos domésticos, deveres conjugais, produção ilimitada de filhos, etc.), uma relação a qual as lésbicas escapam quando rejeitam tornar-se o seguir sendo heterossexuais.

Somos prófugas de nossa classe, da mesma maneira que os escravos americanos fugitivos o eram quando se escapavam da escravidão e se libertavam.

Para nós esta é uma necessidade absoluta; nossa sobrevivência exige que contribuamos com toda nossa força para destruir a classe das mulheres na qual os homens se apropriam. Isto só pode ser alcançado pela destruição da heterossexualidade como um sistema social baseado na opressão das mulheres pelos homens e que produz a doutrina da diferença entre os sexos para justificar essa opressão.

(Wittig, Monique. (1992). The category of sex. In The straight mind and other essays (pp. 1 -8). New York: Beacon Press.)

NOTAS

[2] 2. DELPHY C.: <<Pour un féminisme matérialiste>>, L'Are, n° 6, 1975. Artigo retirado de L'Ennemi Principal; tomo 1, Paris, Syllepse, 1998.

[3] . GUILLAUNHN, C.: «Race et nature: Système des marques, idées de groupe naturel et rapport sociaux>>, Pluriel n° 11, 1977. Artículo recogido en Sexe, Race et Pratique du Pouvoir. Paris, Côte-femmes, 1992.

[4] 4. Utilizo o termo “sociedade” em um sentido antropológico amplo, pois falando em propriedade não se trata de “sociedades”, dado que as sociedades lesbianas não existem de forma completamente autônoma, à margem dos Sistemas Sociais heterossexuais.

[5] 5. DE BEAUVOIR, S.: El Segundo Sexo. México, Alianza/ Siglo XXI, 1989, p. 240.

[6] Redstockings: In Feminist Revolution, New York, Random House, 1978, p. 18.

[7] DWORKIN, A.: <<Biological Superiority, The World's Most Dangerous and Deadlv Idea>>, Heresies, 6:46.

[8] ATKINSON, T.-G.: 44; Amazon Odyssey, New York, Links Books, 1974, p. 15.

[9] DWORKIN, A.: Ibidem.

[10] GUILLAUMIN, C.; Ibidem.

[11] DE BEAUVOIR, S.; Ibidem.

[12] GUILLAUMIN, C.: Ibidem.

[13] 13. Butch em inglês designa a lésbica lida pela sociedade como ‘masculina’ ou melhor, não feminina. Seria o equivalente à lesbiana designada

“Bofinho” nas comunidades lésbicas brasileiras.

[14] DWORKIN, A.: *Ibidem*.

[15] ATKINSON, T.»G.: *Ibidem*, p. 6: «Se o feminismo quer ser lógico, deve trabalhar para obter uma sociedade sem sexos».

[16] *ibidem*, p. 146.

[17] Em um artigo publicado em *L’Idiot International* (maio 1990), cujo título original era «Por um movimento de liberação das mujeres».

[19] 19, ROCHEFORT, C.: *Les stances à Sophie*. Paris, Grasset, 1963.



Materialist lesbianism, this is what I would call the political and philosophical approach of the first half of this collection of essays. I describe heterosexuality not as an institution but as a political regime which rests on the submission and the appropriation of women. In desperate straits, exactly as it was for serfs and slaves, women may “choose” to be runaways and try to escape their class or group (as lesbians do), and/or to renegotiate daily, and term by term, the social contract. There is no escape (for there is no territory, no other side of the Mississippi, no Palestine, no Liberia for women). The only thing to do is to stand on one’s own feet as an escapee, a fugitive slave, a lesbian.

“Feminismo materialista, é como eu chamarei a abordagem política e filosófica na primeira metade desta coleção de ensaios [O pensamento Heterossexual e outros Ensaio]. Eu descrevo a heterossexualidade não como uma instituição mas um regime político que se baseia na submissão e apropriação das mulheres. Em situações extremas, exatamente como foi com os servos e escravos, mulheres poderão “escolher” serem fugitivas e tentar escapar à sua classe ou grupo (como as lésbicas fazem), e/ou renegociar diariamente, e termo a termo, o contrato social. Não há uma escapatória (por não ter nenhum território, nenhum outro lado do Mississípi, nenhuma Palestina ou Libéria para as mulheres). A única coisa a se fazer é manter-se nos próprios pés como uma escapada, uma escrava fugitiva, uma lésbica.” (introdução do livro “O pensamento Heterossexual e outros ensaios”)

A categoria de sexo é a categoria política que funda a sociedade como heterossexual. Assim sendo, ela não se refere a seres, mas a relações (uma vez que mulheres e homens são resultado dessas relações), apesar desses dois aspectos sempre se confundirem quando são discutidos. A categoria de sexo é aquela que decreta como "natural" a relação que está na base da sociedade (heterossexual) e através da qual metade da população, as mulheres, são "heterossexualizadas" (a produção de mulheres é como a produção de eunucos, escravidão, criação de animais) e submetidas a uma economia heterossexual.

